

opusdei.org

Constituição dogmática “Dei Verbum” – sobre a revelação divina

Texto completo da Constituição dogmática “Dei Verbum”, que o Papa Leão XIV considera “um dos mais belos e importantes documentos do Concílio”, centrada na Palavra de Deus.

16/01/2026

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA

DEI VERBUM

SOBRE A REVELAÇÃO DIVINA

PROÊMIO

Intenção do Concílio

1. O sagrado Concílio, ouvindo religiosamente a Palavra de Deus proclamando-a com confiança, faz suas as palavras de São João: “anunciamo-vos a vida eterna, que estava junto do Pai e nos apareceu: anunciamo-vos o que vimos e ouvimos, para que também vós vivais em comunhão conosco, e a nossa comunhão seja com o Pai e com o seu Filho Jesus Cristo” (1 Jo. 1, 2-3). Por isso, segundo os Concílios de Trento e Vaticano I, entende propor a genuína doutrina sobre a Revelação divina e a sua transmissão, para que

o mundo inteiro, ouvindo, acredite na mensagem da salvação, acreditando espere, e esperando ame^[1].

I: A REVELAÇÃO EM SI MESMA

Natureza e objeto da revelação

2. Aprouve a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a Si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade (cfr. Ef. 1,9), segundo o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tornam participantes da natureza divina (cfr. Ef. 2,18; 2 Ped. 1,4). Em virtude desta revelação, Deus invisível (cfr. Col. 1,15; 1 Tim. 1,17), na riqueza do seu amor fala aos homens como amigos (cfr. Ex. 33, 11; Jo. 15,14-15) e convive com eles (cfr. Bar. 3,38), para

convidá-los e admiti-los à comunhão com Ele. Esta ‘economia’ da revelação se realiza por meio de ações e palavras intimamente relacionadas entre si, de tal maneira que as obras, realizadas por Deus na história da salvação, manifestam e confirmam a doutrina e as realidades significadas pelas palavras; e as palavras, por sua vez, declaram as obras e esclarecem o mistério nelas contido. Porém, a verdade profunda tanto a respeito de Deus quanto a respeito da salvação dos homens, manifesta-se a nós, por esta revelação, em Cristo, que é, simultaneamente, o mediador e a plenitude de toda a revelação^[2].

Preparação da revelação evangélica

3. Deus, criando e conservando todas as coisas pelo Verbo (cfr. Jo. 1,3), oferece aos homens um testemunho perene de Si mesmo na criação (cfr.

Rom. 1, 1-20) e, além disso, decidindo abrir o caminho da salvação sobrenatural, manifestou-se a Si mesmo, desde o princípio, aos nossos primeiros pais. Depois da sua queda, com a promessa de redenção, deu-lhes a esperança da salvação (cfr. Gên. 3,15), e cuidou continuamente do gênero humano, para dar a vida eterna a todos aqueles que, perseverando na prática das boas obras, procuram a salvação (cfr. Rom. 2, 6-7). No devido tempo chamou Abraão, para fazer dele pai de um grande povo (cfr. Gên. 12,2), povo que, depois dos patriarcas, ele instruiu, por meio de Moisés e dos profetas, para que o reconhecessem como único Deus vivo e verdadeiro, pai providente e juiz justo, e para que esperassem o Salvador prometido. Assim preparou Deus através dos tempos o caminho ao Evangelho.

Consumação e plenitude da revelação em Cristo

4. Depois de ter falado muitas vezes e de muitos modos pelos profetas, falou-nos Deus nestes nossos dias, que são os últimos, através de Seu Filho (Heb. 1, 1-2). Com efeito, enviou o Seu Filho, isto é, o Verbo eterno, que ilumina todos os homens, para habitar entre os homens e lhes manifestar a vida íntima de Deus (cfr. Jo. 1, 1-18). Jesus Cristo, Verbo feito carne, enviado “como homem para os homens”^[3], “fala, portanto, as palavras de Deus” (Jo. 3,34) e consuma a obra de salvação que o Pai lhe mandou realizar (cfr. Jo. 5,36; 17,4). Por isso, Ele, vê-lo a Ele é ver o Pai (cfr. Jo. 14,9), com toda a sua presença e manifestação da sua pessoa, com palavras e obras, sinais e milagres, e sobretudo com a sua morte e gloriosa ressurreição, enfim, com o envio do Espírito de verdade, completa totalmente e confirma com

o testemunho divino a revelação, a saber, que Deus está conosco para nos libertar das trevas do pecado e da morte e para nos ressuscitar para a vida eterna.

Portanto, a economia cristã, como nova e definitiva aliança, jamais passará, e não se deve esperar nenhuma outra revelação pública antes da gloriosa manifestação de nosso Senhor Jesus Cristo (cfr. 1 Tim. 6,14; Tit. 2,13).

Aceitação da revelação pela fé

5. A Deus que revela é devida a “obediência da fé” (Rom. 16,26; cfr. Rom. 1,5; 2 Cor. 10, 5-6); pela fé, o homem se entrega total e livremente a Deus oferecendo “a Deus revelador o obséquio pleno da inteligência e da vontade”^[4] e prestando voluntário assentimento à Sua revelação. Para prestar esta adesão da fé, são

necessários a prévia e concomitante ajuda da graça divina e os interiores auxílios do Espírito Santo, o qual move e converte a Deus o coração, abre os olhos do entendimento, e dá “a todos a suavidade em aceitar e crer a verdade”^[5]. Para que a compreensão da revelação seja sempre mais profunda, o mesmo Espírito Santo aperfeiçoa sem cessar a fé por meio de seus dons

Necessidade da revelação

6. Pela revelação divina quis Deus manifestar e comunicar-se a Si mesmo e os decretos eternos da Sua vontade a respeito da salvação dos homens, “para fazê-los participar dos bens divinos, que superam absolutamente a capacidade da inteligência humana”^[6].

O sagrado Concílio professa que Deus, princípio e fim de todas as coisas, pode ser conhecido com

certeza pela luz natural da razão a partir das criaturas” (cfr. Rom. 1,20); mas ensina também que deve-se atribuir à Sua revelação “poderem todos os homens conhecer com facilidade, firme certeza e sem mistura de erro aquilo que nas coisas divinas não é inacessível à razão humana, mesmo na presente condição do gênero humano”^[7].

II A TRANSMISSÃO DA REVELAÇÃO DIVINA

Os apóstolos e seus sucessores, transmissores do Evangelho

7. Deus dispôs amorosamente que permanecesse íntegro e fosse transmitido a todas as gerações tudo quanto tinha revelado para salvação de todos os povos. Por isso, Cristo Senhor, em quem toda a revelação do Deus altíssimo se consuma (cfr. 2

Cor. 1,20; 3,16-4,6), mandou aos Apóstolos que pregassem a todos, como fonte de toda a verdade salutar e de toda a disciplina de costumes, o Evangelho prometido antes pelos profetas e por Ele cumprido e promulgado pessoalmente^[8], comunicando-lhes assim os dons divinos. Isto foi realizado com fidelidade, tanto pelos Apóstolos que, na sua pregação oral, exemplos e instituições, transmitiram aquilo que tinham recebido dos lábios, trato e obras de Cristo, e o que tinham aprendido por inspiração do Espírito Santo, como por aqueles Apóstolos e varões apostólicos que, sob a inspiração do mesmo Espírito Santo, escreveram a mensagem da salvação^[9].

Porém, para que o Evangelho fosse perenemente conservado íntegro e vivo na Igreja, os Apóstolos deixaram os Bispos como seus sucessores, “entregando-lhes o seu próprio ofício

de magistério”^[10]. Portanto, esta sagrada Tradição e a Sagrada Escritura dos dois Testamentos são como um espelho no qual a Igreja peregrina na terra contempla a Deus, de quem tudo recebe, até ser conduzida a vê-lo face a face tal qual Ele é (cfr. 1 Jo. 3,2).

A sagrada Tradição

8. E assim, a pregação apostólica, que se exprime de modo especial nos livros inspirados, devia ser conservada, por uma sucessão contínua, até à consumação dos tempos. Por isso, os Apóstolos, transmitindo o que eles mesmos receberam, advertem os fiéis a que observem as tradições que tinham aprendido quer por palavras quer por escrito (cfr. 2 Tess. 2,15), e a que lutem pela fé recebida uma vez para sempre (cfr. Jud. 3)^[11]. Ora, o que foi transmitido pelos Apóstolos, abrange tudo quanto contribui para

a vida santa do Povo de Deus e para o aumento da sua fé; e assim a Igreja, na sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo aquilo que ela é e tudo quanto acredita.

Esta tradição apostólica progride na Igreja sob a assistência do Espírito Santo^[12]. Com efeito, progride a percepção tanto das coisas como das palavras transmitidas, quer mercê da contemplação e estudo dos crentes, que as meditam no seu coração (cfr. Lc. 2, 19. 51), quer mercê da íntima inteligência que experimentam das coisas espirituais, quer mercê da pregação daqueles que, com a sucessão do episcopado, receberam o carisma da verdade. Isto é, a Igreja, no decurso dos séculos, tende continuamente para a plenitude da verdade divina, até que nela se realizem as palavras de Deus.

As afirmações dos santos Padres testemunham a presença vivificadora desta Tradição, cujas riquezas entram na prática e na vida da Igreja crente e orante. Por meio da mesma Tradição, conhece a Igreja o cânon inteiro dos livros sagrados, e a própria Sagrada Escritura entende-se nela mais profundamente e torna-se incessantemente operante. E assim, Deus, que outrora falou, dialoga sem interrupção com a esposa do seu amado Filho; e o Espírito Santo - por quem ressoa a voz do Evangelho na Igreja e, pela Igreja, no mundo - introduz os crentes na verdade plena e faz com que a palavra de Cristo neles habite em toda a sua riqueza (cfr. Col. 3,16).

Relação entre a sagrada Tradição e a Sagrada Escritura

9. A sagrada Tradição, portanto, e a Sagrada Escritura estão intimamente

unidas e compenetradas entre si. Com efeito, derivando ambas da mesma fonte divina, fazem como que uma coisa só e tendem ao mesmo fim. A Sagrada Escritura é a palavra de Deus enquanto foi escrita por inspiração do Espírito Santo; a sagrada Tradição, por sua vez, transmite integralmente aos sucessores dos Apóstolos a palavra de Deus confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos Apóstolos, para que eles, com a luz do Espírito de verdade, a conservem, a exponham e a difundam fielmente na sua pregação; donde resulta assim que a Igreja não tira só da Sagrada Escritura a sua certeza a respeito de todas as coisas reveladas. Por isso, ambas devem ser recebidas e veneradas com igual espírito de piedade e reverência^[13]_____.

Relação de uma e outra com a Igreja e com o Magistério eclesialístico

10. A sagrada Tradição e a Sagrada Escritura constituem um só depósito sagrado da palavra de Deus, confiado à Igreja; aderindo a este, todo o Povo santo persevera unido aos seus pastores na doutrina dos Apóstolos e na comunhão, na fração do pão e na oração (cfr. Act. 2,42 gr.), de tal modo que, na conservação, atuação e profissão da fé transmitida, haja uma especial concordância dos pastores e dos fiéis^[14].

Porém, o encargo de interpretar autenticamente a palavra de Deus escrita ou contida na Tradição^[15], foi confiado somente ao magistério vivo da Igreja^[16], cuja autoridade é exercida em nome de Jesus Cristo. Este magistério não está acima da palavra de Deus, mas sim a seu serviço, ensinando apenas o que foi

transmitido, enquanto, por mandato divino e com a assistência do Espírito Santo, a ouve piamente, a guarda religiosamente e a expõe fielmente, haurindo deste depósito único da fé tudo quanto propõe à fé como divinamente revelado.

É claro, portanto, que a sagrada Tradição, a sagrada Escritura e o magistério da Igreja, segundo o sapientíssimo desígnio de Deus, de tal maneira se unem e se associam que um não se mantém sem os outros, e todos juntos, cada um a seu modo, sob a ação do mesmo Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas.

III A INSPIRAÇÃO DIVINA DA SAGRADA ESCRITURA

E A SUA INTERPRETAÇÃO

Natureza da inspiração e verdade da Sagrada Escritura

11. As coisas reveladas por Deus, contidas e manifestadas na Sagrada Escritura, foram escritas por inspiração do Espírito Santo. De fato, a santa mãe Igreja, segundo a fé apostólica, considera como santos e canônicos os livros inteiros do Antigo e do Novo Testamento com todas as suas partes, porque, escritos por inspiração do Espírito Santo (cfr. Jo. 20,31; 2 Tim. 3,16; 2 Ped. 1, 19-21; 3, 15-16), têm Deus por autor, e como tais foram confiados à própria Igreja^[17]. Todavia, para escrever os livros sagrados, Deus escolheu e se serviu de homens na posse das suas faculdades e capacidades^[18], para

que, agindo Ele neles e por eles^[19],
pussem por escrito, como
verdadeiros autores, tudo aquilo e só
aquilo que Ele queria^[20].

E assim, como tudo quanto afirmam
os autores inspirados ou hagiógrafos
deve ser tido como afirmado pelo
Espírito Santo, por isso mesmo se
deve acreditar que os livros da
Escritura ensinam com certeza,
fielmente e sem erro a verdade que
Deus, para nossa salvação, quis que
fosse consignada nas sagradas
Letras^[21]. Por isso, “toda a Escritura é
divinamente inspirada e útil para
ensinar, para corrigir, para instruir
na justiça: para que o homem de
Deus seja perfeito, experimentado
em todas as obras boas” (Tim. 3, 7-17
gr.).

Interpretação da Sagrada Escritura

12. Como, porém, Deus na Sagrada Escritura falou por meio dos homens e à maneira humana^[22], o intérprete da Sagrada Escritura, para saber o que Ele quis comunicar-nos, deve investigar com atenção o que os hagiógrafos realmente quiseram significar e que aprouve a Deus manifestar por meio das suas palavras.

Para descobrir a intenção dos hagiógrafos, devem ser tidos também em conta, entre outras coisas, os “gêneros literários”. Com efeito, a verdade é proposta e expressa de modos diversos, conforme se trate de gêneros históricos, proféticos, poéticos ou outros. Importa, além disso, que o intérprete busque o sentido que o hagiógrafo em determinadas circunstâncias e de acordo com as condições do seu

tempo e da sua cultura, pretendeu exprimir e de fato exprimiu servindo se os gêneros literários então usados^[23]. Com efeito, para entender corretamente o que autor sagrado quis afirmar, é necessário considerar tanto os modos nativos de sentir, dizer ou narrar em uso nos tempos do hagiógrafo, quanto aqueles que costumavam ser empregados frequentemente nas relações entre os homens de então^[24].

Mas, como a Sagrada Escritura deve ser lida e interpretada com o mesmo espírito com que foi escrita^[25], não se deve deixar de dar atenção, na investigação do sentido correto dos textos sagrados, ao contexto e à unidade de toda a Escritura, tendo em conta a Tradição viva de toda a Igreja e a analogia da fé. Cabe aos exegetas trabalhar em harmonia com estas regras para entender e expor mais profundamente o sentido da Escritura, de modo que, por meio

deste estudo de algum modo preparatório, amadureça o juízo da Igreja. Com efeito, tudo quanto diz respeito à interpretação da Escritura, está sujeito ao juízo último da Igreja, que tem o divino mandato e o ministério de guardar e interpretar a palavra de Deus^[26].

Condescendência de Deus

13. Portanto, na Sagrada Escritura, salvas sempre a verdade e a santidade de Deus, manifesta-se a admirável “condescendência” da eterna sabedoria, “para conhecermos a inefável benignidade de Deus e com quanta acomodação Ele falou, tomando providência e cuidado da nossa natureza”^[27]. As palavras de Deus com efeito, expressas por línguas humanas, tornaram-se intimamente semelhantes à linguagem humana, como outrora o Verbo do eterno Pai se assemelhou

aos homens ao tomar a carne da fraqueza humana.

IV O ANTIGO TESTAMENTO

A história da salvação consignada nos livros do Antigo Testamento

14. Deus amantíssimo, desejando e preparando com solicitude a salvação de todo o gênero humano, escolheu por especial providência um povo a quem confiar as suas promessas. Tendo estabelecido aliança com Abraão (cfr. Gên. 15,18), e com o povo de Israel por meio de Moisés (cfr. Ex. 24,8), revelou-se ao Povo escolhido como único Deus verdadeiro e vivo, em palavras e obras, de tal modo que Israel pudesse conhecer por experiência os planos de Deus sobre os homens, os compreendesse cada vez mais profunda e claramente, ouvindo o

mesmo Deus falar por boca dos profetas, e os difundisse mais amplamente entre os homens (cfr. Salm. 21, 28-29; 95, 1-3; Is. 2, 1-4; Jer. 3,17). A “economia” da salvação anunciada, narrada e explicada antecipadamente pelos autores sagrados, encontra-se nos livros do Antigo Testamento como verdadeira palavra de Deus. Por isso, estes livros divinamente inspirados conservam um valor perene: “Tudo o que está escrito, para nossa instrução está escrito, para que, por meio da paciência e consolação que nos vem da Escritura, tenhamos esperança” (Rom. 15,4).

Importância do Antigo Testamento para os cristãos

15. A “economia” do Antigo Testamento destinava-se, sobretudo, a preparar, a anunciar profeticamente (cfr. Lc. 24,44; Jo. 5,39; 1 Ped. 1,10) e a simbolizar, por

meio de várias figuras (cfr. 1 Cor. 10,11) o advento de Cristo, redentor universal, e o do reino messiânico. Mas os livros do Antigo Testamento, de acordo com a condição do gênero humano antes do tempo da salvação estabelecida por Cristo, manifestam a todos o conhecimento de Deus e do homem, e o modo com que Deus justo e misericordioso trata os homens. Tais livros, apesar de conterem também coisas imperfeitas e transitórias, revelam, contudo, a verdadeira pedagogia divina^[28]. Por isso, os fiéis devem receber com devoção estes livros que expressam o vivo sentido de Deus, nos quais se encontram sublimes doutrinas a respeito de Deus, uma sabedoria salutar a respeito da vida humana, bem como admiráveis tesouros de preces, nos quais, finalmente, está latente o mistério da nossa salvação.

Unidade dos dois Testamentos

16. Foi por isso que Deus, inspirador e autor dos livros dos dois Testamentos, dispôs tão sabiamente as coisas, que o Novo Testamento está latente no Antigo, e o Antigo está patente no Novo^[29]. Pois, apesar de Cristo ter alicerçado à nova Aliança no seu sangue (cfr. Lc. 22,20; 1 Cor. 11,25), os livros do Antigo Testamento, ao serem integralmente assumidos na pregação evangélica^[30] adquirem e manifestam a sua plena significação no Novo Testamento (cfr. Mt. 5,17; Lc. 24,27; Rom. 16, 25-26; 2 Cor. 3, 14-16), que por sua vez iluminam e explicam.

V O NOVO TESTAMENTO

Excelência do Novo Testamento

17. A palavra de Deus, que é virtude de Deus para a salvação de todos os

crentes (cfr. Rom. 1,16), se apresenta e manifesta o seu poder de um modo eminente nos escritos do Novo Testamento. Com efeito, quando chegou a plenitude dos tempos (cfr. Gál. 4,4), o Verbo se fez carne e habitou entre nós cheio de graça e verdade (cfr. Jo. 1,14). Cristo estabeleceu o reino de Deus na terra, manifestou com obras e palavras o Pai e a Si mesmo, e levou a cabo a Sua obra com a Sua morte, ressurreição, e gloriosa ascensão, e com o envio do Espírito Santo. Sendo levantado da terra, atrai todos a si (cfr. Jo. 12,32 gr.), Ele que é o único que tem palavras de vida eterna (cfr. Jo. 6,68). Este mistério, porém, não foi descoberto a outras gerações como foi agora revelado aos seus santos Apóstolos e aos profetas no Espírito Santo (cfr. Ef. 3, 46 gr.) para que pregassem o Evangelho, e despertassem a fé em Jesus Cristo e Senhor, e congregassem a Igreja. Os escritos do Novo Testamento são um

testemunho perene e divino de todas estas coisas.

Origem apostólica dos Evangelhos

18. Ninguém ignora que entre todas as Escrituras, mesmo do Novo Testamento, os Evangelhos têm o primeiro lugar, pois são o principal testemunho da vida e doutrina do Verbo encarnado, nosso salvador.

A Igreja defendeu e defende sempre e em toda a parte a origem apostólica dos quatro Evangelhos. Com efeito, aquelas coisas que os Apóstolos, por ordem de Cristo, pregaram, foram depois, por inspiração do Espírito Santo, transmitidas por escrito por eles mesmos e por varões apostólicos como fundamento da fé, ou seja, o Evangelho quadriforme, segundo Mateus, Marcos, Lucas e João^[31].

Carácter histórico dos Evangelhos

19. A santa mãe Igreja defendeu e defende firme e constantemente que estes quatro Evangelhos, cuja historicidade afirma sem hesitação, transmitem fielmente as coisas que Jesus, Filho de Deus, durante a sua vida terrena, realmente operou e ensinou para salvação eterna dos homens, até ao dia em que subiu ao céu (cfr. Act. 1. 1-2). Na verdade, após a ascensão do Senhor, os Apóstolos transmitiram aos seus ouvintes, com aquela compreensão mais plena de que eles, instruídos pelos acontecimentos gloriosos de Cristo e iluminados pelo Espírito de verdade^[32] gozavam^[33], as coisas que Ele tinha dito e feito. Os autores sagrados, porém, escreveram os quatro Evangelhos, escolhendo algumas coisas entre as muitas transmitidas por palavra ou por escrito, sintetizando umas,

desenvolvendo outras, segundo o estado das igrejas, conservando, finalmente, o caráter de pregação, mas sempre de maneira a comunicar-nos coisas autênticas e verdadeiras acerca de Jesus^[34]. Com efeito, quer relatassem aquilo de que se lembravam e recordavam, quer se baseassem no testemunho daqueles “que desde o princípio foram testemunhas oculares e ministros da palavra”, fizeram-no sempre com intenção de que conheçamos a “verdade” das coisas a respeito das quais fomos instruídos (cfr. Lc. 1, 2-4).

Os restantes escritos do Novo Testamento

20. O cânon do Novo Testamento contém igualmente além dos quatro Evangelhos, as Epístolas de São Paulo e outros escritos apostólicos redigidos por inspiração do Espírito Santo, com os quais, segundo o plano

da sabedoria divina, é confirmado o que diz respeito a Cristo Senhor, é explicada mais e mais a sua genuína doutrina, é pregada a virtude salvadora da obra divina de Cristo, são narrados os começos da Igreja e a sua admirável difusão, e é anunciada a sua consumação gloriosa.

Com efeito, o Senhor Jesus assistiu os seus Apóstolos como tinha prometido (cfr. Mt. 28,20) e lhes enviou o Espírito consolador que os devia introduzir na plenitude da verdade (cfr. Jo. 16,13).

VI A SAGRADA ESCRITURA NA VIDA DA IGREJA

A Igreja venera as Sagradas Escrituras

21. A Igreja sempre venerou as divinas Escrituras como venera o próprio Corpo do Senhor, não deixando jamais, sobretudo na

sagrada Liturgia, de tomar e distribuir aos fiéis o pão da vida, quer da mesa da palavra de Deus quer da do Corpo de Cristo. Sempre as considerou, e continua a considerar, juntamente com a sagrada Tradição, como regra suprema da sua fé; elas, com efeito, inspiradas como são por Deus, e registradas por escrito de uma vez para sempre, continuam a nos dar imutavelmente a palavra do próprio Deus, e fazem ouvir a voz do Espírito Santo através das palavras dos profetas e dos Apóstolos. É preciso, pois, que toda a pregação eclesiástica, assim como a própria religião cristã, seja alimentada e regida pela Sagrada Escritura. Com efeito, nos livros sagrados, o Pai que está nos céus vem amorosamente ao encontro de Seus filhos, para conversar com eles; e é tão grande a força e a virtude da palavra de Deus que se torna o apoio vigoroso da Igreja, solidez da fé para os filhos da

Igreja, alimento da alma, fonte pura e perene de vida espiritual. Por isso se devem aplicar por excelência à Sagrada Escritura as palavras: “A palavra de Deus é viva e eficaz” (Hebr. 4,12), “capaz de edificar e dar a herança a todos os santificados”, (Act. 20,32; cfr. 1 Tess. 2,13).

Traduções da Sagrada Escritura

22. É preciso que os fiéis tenham acesso patente à Sagrada Escritura. Por esta razão, a Igreja logo desde os seus começos fez sua aquela tradução grega antiquíssima do Antigo Testamento chamada dos Setenta; e sempre valorizou as outras traduções, quer orientais quer latinas, sobretudo a chamada Vulgata. Mas, visto que a palavra de Deus deve estar sempre acessível a todos, a Igreja procura com solicitude maternal que se façam traduções

adequadas e fiéis nas várias línguas, sobretudo a partir dos textos originais dos livros sagrados. Se, porém, segundo a oportunidade e com a aprovação da autoridade da Igreja, essas traduções forem feitas em colaboração com os irmãos separados, poderão ser usadas por todos os cristãos.

Investigação Bíblica

23. A esposa do Verbo encarnado, isto é, a Igreja, ensinada pelo Espírito Santo, esforça-se para conseguir uma inteligência cada vez mais profunda da Sagrada Escritura, a fim de poder alimentar continuamente os seus filhos com os divinos ensinamentos; por isso, incentiva também convenientemente o estudo dos santos Padres do Oriente e do Ocidente, bem como das sagradas liturgias. É preciso, porém, que os exegetas católicos e os demais estudiosos da sagrada teologia,

trabalhem em íntima colaboração de esforços, para que, sob a vigilância do sagrado magistério e valendo-se de meios apropriados, estudem e expliquem as divinas Letras de modo que o maior número possível de ministros da palavra de Deus possa oferecer com fruto ao Povo de Deus o alimento das Escrituras, que ilumine o espírito, robusteça as vontades, e inflame os corações dos homens no amor de Deus^[35]. O sagrado Concílio encoraja os filhos da Igreja que cultivam as ciências bíblicas a continuarem a realizar com todo o empenho, segundo o sentir da Igreja, a empresa felizmente começada, renovando constantemente as suas forças^[36].

Importância da Sagrada Escritura para a Teologia

24. A sagrada Teologia se apoia, como em seu fundamento perene, na palavra de Deus escrita e na sagrada

Tradição, e nela se consolida firmemente e sem cessar se rejuvenesce, investigando, à luz da fé, toda a verdade contida no mistério de Cristo. As Sagradas Escrituras contêm a palavra de Deus, e, pelo fato de serem inspiradas, são verdadeiramente a palavra de Deus; e por isso, o estudo destes sagrados livros deve ser a alma da sagrada teologia^[37]. Também o ministério da palavra, isto é, a pregação pastoral, a catequese, e toda a espécie de instrução cristã, na qual a homilia litúrgica deve ter um lugar principal, com proveito se alimenta e santamente se revigora com a palavra da Escritura.

Leitura da Sagrada Escritura

25. É necessário, por isso, que todos os clérigos e sobretudo os sacerdotes de Cristo e outros que, como os diáconos e os catequistas, se consagram legitimamente ao

ministério da palavra, mantenham um contato íntimo com as Escrituras, mediante a leitura assídua e o estudo cuidadoso, a fim de que nenhum deles se torne “pregador vão e superficial da palavra de Deus por não a ouvir de dentro”^[38], tendo, como têm, a obrigação de comunicar aos fiéis que lhes estão confiados as grandíssimas riquezas da palavra divina, sobretudo na sagrada Liturgia. Do mesmo modo, o sagrado Concílio exorta com ardor e insistência todos os fiéis, principalmente os religiosos, a aprenderem “a sublime ciência de Jesus Cristo” (Fil. 3,8) com a leitura frequente das divinas Escrituras, porque “a ignorância das Escrituras é ignorância de Cristo”^[39]. Debrucem-se, pois, gostosamente sobre o texto sagrado, quer através da sagrada Liturgia, rica de palavras divinas, quer pela leitura espiritual, quer por outros meios que se vão espalhando tão louvavelmente por toda a parte,

com a aprovação e estímulo dos pastores da Igreja. Lembrem-se, porém, de que a leitura da Sagrada Escritura deve ser acompanhada de oração para que seja possível o diálogo entre Deus e o homem; porque “a Ele falamos, quando rezamos, a Ele ouvimos, quando lemos os divinos oráculos”^[40].
—.

Compete aos sagrados pastores “depositários da doutrina apostólica”^[41], ensinar oportunamente aos fiéis que lhes foram confiados no uso correto dos livros divinos, de modo particular do Novo Testamento, e sobretudo dos Evangelhos. E isto por meio de traduções dos textos sagrados, que devem ser acompanhadas das explicações necessárias e verdadeiramente suficientes, para que os filhos da Igreja se familiarizem de um modo seguro e útil com a Sagrada Escritura e se aprofundem em seu espírito.

Além disso, façam-se edições da Sagrada Escritura, munidas das convenientes anotações, para uso também dos não cristãos, e adaptadas às suas condições; e tanto os pastores de almas quanto os cristãos de qualquer estado procuram difundir-las com zelo e prudência.

Influência e importância da renovação escriturística

26. Deste modo, pois, com a leitura e estudo dos livros sagrados, “a palavra de Deus se difunda e resplandeça (2 Tess. 3,1), e o tesouro da revelação confiado à Igreja encha cada vez mais os corações dos homens. Assim como a vida da Igreja cresce com a assídua frequência do mistério eucarístico, assim também é lícito esperar um novo impulso de vida espiritual, se fizermos crescer a veneração pela palavra de Deus, que

“permanece para sempre” (Is. 40,8; cfr. I Pedr. 1, 23-25).

Roma, 18 de novembro de 1965

[1] Cfr. Santo Agostinho, *De catechizandis rudibus*, c. IV, 8: PL 40, 316.

[2] Cfr. Mt. 11,27; Jo. 1,14 e 17; 14,6; 17, 1-3; 2 Cor. 3,16 e 4,6; Ef. 1, 3-14.

[3] *Epist. ad Diognetum*, c. VII, 4: Funk, *Patres Apostolici*, I, p. 403.

[4] Conc. Vat. I, Const. dogmatica De fide catholica, *Dei Filius*, cap. 3: Denz. 1789 (3008).

[5] Conc. Araus. II, can. 7: Denz, 180 (377); Conc. Vat. I, 1. c.: Denz. 1791 (3010).

[6] Conc. Vat. I, Const. dogmatica De fide catholica, *Dei Filius*, cap. 2 Denz. 1786 (3005).

[7] Ibid.: Denz. 1785 e 1786 (3004 e 3005).

[8] Cfr. Mt. 28, 19-20 e Mc. 16,15;
Concilio de Trento decr. *De canonicis Scripturis*: Denz. 783 (1501).

[9] Cfr. Concílio de Trento, I. c.;
Concílio Vat I, sess. III, Const.
dogmatica De fide catholica, *Dei Filius*, cap. 2. Denz. 1787 (3006).

[10] Santo Ireneu, *Adv. Haer.* III, 3, 1:
PG 7, 848: Harvey, 2, p. 9.

[11] Cfr. II Concílio Niceno, Denz. 303
(602); IV Concilio
Constantinopolitano, sess. X, can. 1:
Denz. 336 (650-652).

[12] Cfr. Concílio Vat. I, Const. dogm.
De fide catholica, *Dei Filius*, cap. 4:
Denz. 1800 (3020).

[13] Cfr. Concílio de Trento, Decr. *De canonicis scripturis*: Denz. 783 (1501).

^[14] Cfr. Pio XII, Const. apost.

Munificentissimus Deus, 1 nov. 1950: AAS 42 (1950) 756; conforme as palavras de São Cipriano, Epist. 66,8: CSEL, 3,2, 733: “A Igreja e o povo unido ao sacerdote e o rebanho unido ao seu pastor”.

^[15] Cfr. Concilio Vat. I, Const.

dogmatica De fide catholica, *Dei Filius*, cap. 3: Denz. 1792 (3011).

^[16] Cfr. Pio XII, Enciclica *Humani*

generis, 12 ago. 1950: AAS 42 (1950) 568-569: Denz. 2314 (3886).

^[17] Cfr. Conc. Vat. I, Const. dogm. de

fide cath., *Dei Filius*, cap. 2: Denz.

1787 (3006). Denz. da Comissão

Bíblica, 18 jun. 1915: Denz. 2180

(3629); EB 420. Santo Officio, *Epist.*;

22 dez. 1923: EB 499.

^[18] Cfr. Pio XII, Encíclica *Divino*

afflante Spiritu, 30 set. 1944: AAS 35 (1943) 314; EB 556.

[19] *Em o por o homem: cfr. Hebr. 1,1 e 4,7 (Em); 2 Sam. 23,2; Mt. 1,22 e passim (por); Conc. Vat. I: schema de doctr. cath., nota 9: Coll. Lac. VII, 522.*

[20] Leão XIII, Encíclica *Providentissimus Deus*, 18 nov. 1893: Denz. 1952 (3293) EB 125.

[21] Cfr. Santo Agostinho, *De Gen. ad Litt.* 2, 9, 20: PL 34, 270-271; CSEL 28, 1, 46-47 e *Epist.* 82, 3: PL 33, 277: CSEL 34, 2, p. 354.—São Tomás, *De Ver.* q. 12, a. 2 c. —Conc. de Trento, decr. *De canonicis Scripturis*: Denz. 783 (1501) —Ledo XIII, Enc. *Providentissimus*: EB 121, 124, 126-127—Pio XII, Enc. *Divino afflante Spiritu*: EB 539.

[22] Santo Agostinho, *De civ. Dei*, XVII, 6, 2: PL 41, 537: CSEL XL 2, 228.

[23] Santo Agostinho, *De doct. christ.*, III, 18, 26: PL 34, 75-76; CSEL 80, 95.

[24] Pio XII, 1. c.: Denz. 2294
(3829-3830); EB 557-562.

[25] Cfr. Bento XV, Enc. *Spiritus Paraclitus*, 15 set. 1920: EB 469.- São Jerônimo, *In Gal.*, 5, 19-21: PL 26, 417 A.

[26] Cfr. Conc. Vat. I, Const. dogm. De fide catholica, *Dei Filius*, cap. 2: Denz. 1788 (3007).

[27] São João Crisóstomo, *In Gen.* 3,8 (hom. 17,1): PG 53, 134.
“Acomodação”, em grego synkatábasis.

[28] Pio XI, Enc. *Mit brennender Sorge*, 14 mar. 1937: AAS 29 (1937) 151.

[29] Santo Agostinho, *Quaest. in Hept.* 2, 73: PL 34, 623.

[30] Santo Ireneu, *Adv.: Haer.* III, 21, 3: PG 7, 950: (= 25, 1: Harvey 2, p. 115).
São Cirilo de Jerusalém, *Caech.* 4, 35:

PG 33, 497, Teodoro de Mopsuesta, *In Soph.* 1, 4-6: PG 66, 452 D-453 A.

[31] Cfr. Santo Ireneu, *Adv. Haer.* III, 11, 8: PG. 7, 885; ed. Sagnard, p. 194.

[32] Cfr. Jo. 14,26; 16,13.

[33] Cfr. Jo. 2,22; 12,16; de acordo com 14,26; 16, 12-13; 7,39.

[34] Cfr. Instrução *Sancta Mater Ecclesia*, da Pontifícia Comissão Bíblica: AAS 56 (1964) 715.

[35] Cfr. Pio XII, Enc. *Divino afflante*, 30. set. 1943: EB 551, 553, 567. — Pontifícia Comissão Bíblica, *Instructio de S. Scriptura in Clericorum seminariis et Religiosorum Collegiis recte docenda*, 13 maio 1950: AAS 42 (1950) 495-505.

[36] Cfr. Pio XII, 1. c.: EB 569.

[37] Cfr. Leão XIII, Enc. *Providentissimus Deus*: EB 114; Bento

XV, Enc., *Spiritus Paraclitus*, 15. set.
1920: EB 483.

[38] Santo Agostinho, *Serm.* 179, 1: PL
38, 966.

[39] São Jerônimo, *Comm. in Is.* Prol.:
PL 24, 17. — Cfr. Bento XV, Enc.
Spiritus Paraclitus: EB 475-480; Pio
XII, Enc. *Divino afflante*: EB 544.

[40] Santo Ambrósio, *De officiis
ministorum* I, 20, 88: PL 16, 50.

[41] Santo Ireneu, *Adv. Haer.* IV, 32, 1:
PG 7, 1071; (= 49, 2), Harvey, 2, p.
255.